

Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas

Vol. 10



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA



Equipe Editorial

Abas Rezaey	Izabel Ferreira de Miranda
Ana Maria Brandão	Leides Barroso Azevedo Moura
Fernado Ribeiro Bessa	Luiz Fernando Bessa
Filipe Lins dos Santos	Manuel Carlos Silva
Flor de María Sánchez Aguirre	Renísia Cristina Garcia Filice
Isabel Menacho Vargas	Rosana Boullosa

Projeto Gráfico, editoração e capa

Editora Acadêmica Periodicojs

Idioma

Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82 Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas - volume 10. / Filipe Lins dos Santos.
(Editor) – João Pessoa: Periodicojs editora, 2023.

E-book: il. color.

E-book, no formato ePub e PDF.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-6010-038-1

1. Estudos interdisciplinares. 2. Ciências Humanas. I. Santos, Filipe Lins dos. II.
Título

CDD 001.3072

Elaborada por Dayse de França Barbosa CRB 15-553

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciências Humanas: pesquisa 001.3072

Obra sem financiamento de órgão público ou privado

Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.

A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



**Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs**

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil
website: www.periodicojs.com.br
instagram: @periodicojs



Capítulo 2 A IMPORTÂNCIA DO/A INTÉRPRETE DE LIBRAS NA
SALA DE AULA



A IMPORTÂNCIA DO/A INTÉRPRETE DE LIBRAS NA SALA DE AULA

**THE IMPORTANCE OF THE LIBRAS INTERPRETER IN THE
CLASSROOM**

Adaline Joana Rocha¹

Ana Claudia de Andrade²

Cristiane Frizzera³

Diely de Almeida⁴

Elias do Nascimento Silva⁵

Elinalda Batista dos Santos Rodrigues⁶

Joice Daiane Quintela Rocha⁷

Marivania dos Santos⁸

1 Licenciada em Pedagogia. Apoio Administrativo Educacional – Infraestrutura na Escola Municipal Jardim Califórnia em Juara-MT. E-mail: adalinerocha@gmail.com

2 Bacharela em Administração. Técnica de Desenvolvimento Infantil na Escola Municipal Cantinho Mágico em Juara-MT. E-mail: anaclaudiag95@hotmail.com

3 Licenciada em Pedagogia. Professora de Educação Infantil na Creche Municipal Madre Paulina em Juara-MT. Meu e-mail: cristianefrizzera87@gmail.com

4 Licenciada em Pedagogia. Professora de Educação Infantil na Creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Moraes. Email: diely123@outlook.com

5 Licenciado em Pedagogia. Secretário Escolar na Creche Municipal Thayná Gabrielly Oliveira Moraes em Juara-MT. E-mail: ninffeto@hotmail.com

6 Licenciada em Pedagogia. Professora de Educação Infantil na Escola Municipal Presidente Costa e Silva em Juara-MT. Meu e-mail: elinaldab@hotmail.com

7 Licenciada em Pedagogia. Técnica de Desenvolvimento Infantil na Creche Municipal Madre Paulina em Juara-MT. Meu e-mail: joicequintela@hotmail.com

8 Licenciada em Pedagogia. Técnica de Desenvolvimento Infantil na Escola Municipal Cantinho Mágico em Juara-MT. E-mail: marivania-santos@hotmail.com



Rosa Maria Riceto⁹

Roseli Ostrowski¹⁰

Solange Mantanher Maciel e Costa¹¹

Valdirene Pereira¹²

Vanize Inez Dalla Costa Pedro¹³

Resumo: A relevância desta pesquisa de cunho bibliográfica consiste numa reflexão de assuntos relacionados à educação básica, em especial a criança surda, com especial destaque à inclusão escolar para apresentar a sociedade como devem ser os espaços inclusivos, visando à valorização das diferenças sociais, culturais, físicas e cognitivas, entre outras e que atendam às especificidades educacionais de cada da criança. Se tendo como problemática “ Como a ausência de um intérprete de língua de sinais na sala de aula interfere no processo de aprendizado na educação básica? ” se tem como objetivo geral se compreender a importância do intérprete de LIBRAS para o ensino aprendizado dos (as) alunos (as) surtos (as) e como objetivos específicos descrever a formação do Intérprete de LIBRAS para o acompanhamento do aluno surdo; discutir a importância do Intérprete no contexto escolar e analisar como tem com finalidade saber um pouco das dificuldades, em sala de aula e a relação com os outros alunos; verificar como se é trabalhado a inclusão com esse aluno, a pesquisa será feita em es-

9 Licenciada em Pedagogia. Técnica de Desenvolvimento Infantil na Escola Municipal Cantinho Mágico em Juara-MT. E-mail: rm_ricetto@hotmail.com

10 Licenciada em Pedagogia. Professora de Educação Infantil na Escola Municipal Cantinho Mágico em Juara-MT. E-mail: 88.roseli@gmail.com

11 Licenciada em Pedagogia. Professora de Educação Infantil na Escola Municipal Presidente Costa e Silva. E-mail: mantanhermacielecosta@hotmail.com

12 Técnica em Infraestrutura (Profucionário). Apoio Administrativo Educacional- Infraestrutura na Escola Municipal Jardim Califórnia. E-mail: valdirenepereira178@gmail.com

13 Licenciada em Pedagogia. Técnica de Desenvolvimento Infantil na Escola Municipal Cantinho Mágico em Juara-MT. E-mail: vanizedallacosta@outlook.com



colas fundamentais, e assim já saber quantas escolas, e quais são elas que tem um intérprete de língua de sinais e por fim se verificar como o Intérprete compreende o processo de inclusão do aluno surdo. A presente pesquisa tem uma abordagem qualitativa, sendo um processo de investigação científica que ocasionará as respostas ou resultados de algumas questões teóricas que nos cercam ao redor desse trabalho. No desenvolvimento deste trabalho de primeiro será realizada a pesquisa bibliográfica com embasamento em livros, artigos e periódicos, tendo como foco os estudos sobre inclusão de alunos surdos no ensino regular, bem quais são as metodologias efetivas de ensino. A escola é vista como uma das principais ferramentas para construção e desconstrução de práticas que podem ou não favorecer as boas relações sociais entre as crianças, onde posteriormente se reflete na sociedade. Nessa perspectiva, a inclusão social deixa de ser uma preocupação de um grupo de cidadãos com alguma diferença e passa a ser um tema fundamental da sociedade. Pois sabemos que a sociedade em si não é inclusiva, sabemos o quanto estabelecimentos criados, reforçam a discriminação tornando ambientes que visam à hierarquização dos cidadãos a partir de suas diferenças.

Palavras-chave: Libras. Inclusão. Sociedade.

Abstract: The relevance of this bibliographical research consists of a reflection on issues related to basic education, especially deaf children, with special emphasis on school inclusion to present to society what inclusive spaces should be like, aiming to value social and cultural differences , physical and cognitive, among others and that meet the educational specificities of each child. Having as a problem “How does the absence of a sign language interpreter in the classroom interfere with the learning process in basic education? ” the general objective is to understand the importance of the



LIBRAS interpreter for the teaching and learning of outbreak students and the specific objectives are to describe the training of the LIBRAS Interpreter to monitor deaf students; discuss the importance of the Interpreter in the school context and analyze how it aims to learn a little about the difficulties in the classroom and the relationship with other students; verify how inclusion is worked with this student, the research will be carried out in elementary schools, and thus know how many schools, and which ones, have a sign language interpreter and finally verify how the Interpreter understands the process of inclusion of deaf students. This research has a qualitative approach, being a scientific investigation process that will provide answers or results to some theoretical questions that surround us around this work. In the development of this work, bibliographical research will be carried out based on books, articles and periodicals, focusing on studies on the inclusion of deaf students in regular education, as well as effective teaching methodologies. The school is seen as one of the main tools for constructing and deconstructing practices that may or may not favor good social relationships among children, which are subsequently reflected in society. From this perspective, social inclusion ceases to be a concern of a group of citizens with some difference and becomes a fundamental theme of society. Because we know that society itself is not inclusive, we know how much establishments created reinforce discrimination by creating environments that aim to prioritize citizens based on their differences.

Keywords: Libras. Inclusion. Society.

INTRODUÇÃO

Visando a importância do uso da Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), como método

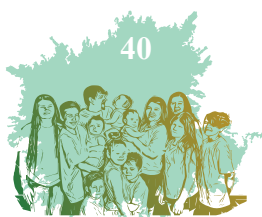


de ensino escolar. Partindo do pressuposto a cima será apresentada no decorrer deste trabalho, reflexões que tem por base a educação e inclusão, para tal, foram evidenciadas diversas concepções de renomados autores com intuito de evidenciar as práticas escolares a partir do desenvolvimento da percepção sob o novo padrão no contexto da educação inclusiva. Também discutir sobre a importância das políticas públicas na inclusão das crianças nas escolas. Buscou-se respaldar a proposta desta pesquisa com referencial teórica na intencionalidade de apresentar reflexões que contribua a compreensão de alguns aspectos de inclusão.

Com enfoque para as necessidades da utilização da Língua Brasileira de Sinais nas instituições de ensino para superar desafios encontrados na inclusão da criança surda. Neste sentido a pesquisa busca apresentar a linguagem como surgimento de possibilidade de inclusão da criança com necessidades especiais na educação infantil. Ao analisarmos o contexto integração/inclusão escolar, devemos considerar o atual estado da educação dos já incluídos, as políticas educacionais existentes e a relação pedagógica, fazem uma análise da situação que apresentam a realidade.

Neste sentido, justifica-se a presente pesquisa onde é possível perceber que educação inclusiva vem se tornando uma realidade cada dia mais desafiadora para os sistemas de ensino uma vez que o direito à educação não se restringe apenas ao acesso, garantido no ato da matrícula, mas também e principalmente, pela sua participação, aprendizagem e desenvolvimento enquanto sujeitos.

Somos sabedores que a escola tem um papel primordial na formação cidadã do aluno, ao transmitir valores éticos e sociais, permitindo que o conhecimento chegue a todos os atores escolares para seu futuro enquanto cidadãos capazes e formadores de senso crítico, num contexto globalizado onde a concorrência pode ser portar de uma forma esmagadora o, sobretudo, àqueles que possuem deficiência, seja intelectual quanto motora ou no aspecto geral (visual, auditivo).



As pessoas com surdez enfrentam diariamente diversos desafios para a participação na educação escolar, desafios esses decorrentes da perda da audição e ainda da forma como são estruturadas as propostas educacionais dentro das escolas. Dessa forma, muitos alunos vêm a ser prejudicados pela ausência de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, linguístico socioafetivo, e cultural e tendo muitas perdas no seu desenvolvimento e na aprendizagem.

Essa inclusão de pessoas com surdez na escola regular solicita dos docentes, a existência de novas estratégias para que de fato aconteça de fato a aprendizagem. Os docentes necessitam conhecer e fazer uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), considerando que uma simples adoção dessa língua não é satisfatória para a escolarização do aluno com surdez. Os alunos surdos necessitam de ambientes educacionais que sejam estimuladores e que explorem as capacidades em todos os seus sentidos. Essa pesquisa se dá a partir do pressuposto de se conhecer os conceitos, entendimentos, análises e aplicabilidade em torno do método de LIBRAS dentro da educação básica, na verificação da inclusão e como tal incide na transformação social para a criança surdo no meio em que este está inserido.

DESENVOLVIMENTO

Ainda que existam algumas posições contrárias à inclusão de alunos com surdez dentro de turmas comuns, em consequência das representações da surdez como uma incapacidade ou de propostas pedagógicas que vem sendo desenvolvidas sem se considerar toda uma diversidade linguística. Diante de questões como estas que geram polêmica, é imprescindível a busca de confrontos promovidos numa relação entre as diferenças, para trazer novos caminhos para a vida e em coletividade

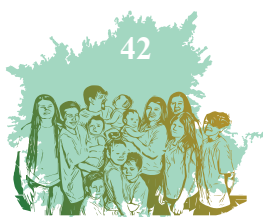


A escola deve assegurar e se adequar as necessidades da criança especial, oferecendo-lhe espaço físico adequado, elaborando projetos que atenda suas especificidades, capacitando os profissionais da escola para que saibam como atender essas crianças propiciando que todos se desenvolvam igualmente. Ao discorrer sobre o tema de grande complexidade, a Língua Brasileira de Sinais é de fundamental importância para a inclusão da criança surda no âmbito escolar. A LIBRAS promove o desenvolvimento linguístico, possibilita a inclusão social e intelectual ao aluno surdo e também mudo. Pois cada criança possui suas especificidades e conhecimentos peculiares, com suas dificuldades, limitações, possíveis problemas de todos os potenciais que podem ser exploradas e instigadas para o seu íntegro desenvolvimento.

Essa inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, lhes garantindo o manuseio precoce de recursos de que necessita para a superação de barreiras e em todo o processo educacional. Os educadores precisam criar novas estratégias para que ocorra de fato a aprendizagem, conhecer a Língua de Sinais e utilizá-la nas aulas, pois a LIBRAS preenche as mesmas funções que a Língua Portuguesa falada desempenha para os ouvintes, mas deve-se considerar que a simples adoção dessa língua não é suficiente para escolarizar o aluno com surdez.

É importante que o professor utilize também com os alunos surdos ambientes educacionais estimuladores, que explorem suas capacidades em todos os sentidos e a tecnologia utilizada precisa ser visual. Esse trabalho pedagógico requer muita flexibilidade e criatividade, sempre reafirmando a importância da compreensão da cultura surda. Mais do que trazer soluções, espera-se que este artigo seja um despertar para novos questionamentos dos educadores que trabalham com alunos surdos, pois são estes que fazem a diferença na sala de aula e na escola

Diversas pesquisas realizadas por vários pesquisadores nos últimos anos vêm oferecendo



contribuições quanto a educação de alunos com surdez dentro da escola regular e incentivando a valorização de diferenças quanto ao convívio social e no reconhecimento das potencialidades de cada aluno. “À educação bilíngue de surdos deve inserir em seu currículo a língua de sinais e a escrita da Língua Portuguesa como segunda língua em sua completude, estando inclusos, métodos de ensino focados nas características visuais e na cultura dos surdos” (CABRAL, 2019, p.4).

Ao dialogar sobre esse é frequente se deparar com algo complexo, pois ao lidar com o outro e com diferentes dentro do que se diz respeito a inclusão, pois é “na escola inclusiva educadores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças, esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa” (MANTOAN e PRIETO, 2006, p. 24-26).

A Língua Brasileira de Sinais tem um respaldo de princípio linguístico natural e com legitimidade, empregada pela comunidade surda no Brasil, onde segundo Soares (2005), é uma linguagem que vem ganhando destaque desde a década de noventa, como uma possibilidade de redução das dificuldades escolares que são obstáculos aos alunos surdos. Evidencia-se que o número de alunos surdos ou com deficiência auditiva que vem a receber uma educação dentro das salas de aula de educação regular com demais alunos ouvintes vem aumentando consideravelmente, sobretudo, nas escolas na rede pública de ensino.

Para Lima e Pletsch (2014) a inclusão de estudantes surdos tende a se manter em crescimento, motivado pela maior utilização de técnicas de identificação e de intervenção precoce, como no caso do implante coclear¹⁴ e maior percepção do uso de educadores intérpretes de LIBRAS, além do desenvolvimento de softwares que promotores da inclusão de maneira eficiente. “A inclusão escolar

¹⁴ O implante coclear compõe um dispositivo eletrônico inserido dentro da cóclea (parte auditiva do ouvido interno), e o seu principal objetivo é a substituição das funções das células dentro do ouvido interno. Esse equipamento é implantado com cirurgia, tendo uma capacidade de estímulos da função do nervo auditivo, quando a prejudicada, e recriando sensações sonoras. O implante é constituído por uma unidade externa e outra unidade interna. Na unidade externa fica o processador de fala, a antena transmissora e o microfone. (DIREITO DE OUVIR, 2015).



deve ocorrer de forma natural e espontânea, precisa ser um espaço acolhedor e transformador, instigando as crianças à comunicação dentro de uma proposta inclusiva de forma prazerosa, o papel do professor também é crucial” (TORRES, CRUZ e HENRIQUE, 2019, p. 125).

Quanto a um ambiente inclusivo, se denota de acordo Minetto (2008) o sistema educacional é baseado nas necessidades individuais dos seus alunos, assim facilitando o aprimoramento acadêmico e social de cada ator social. Portanto, essa adaptação curricular, trazendo estratégias instrucionais mais adequadas, além de um suporte acadêmico adicional e preventivo do isolamento social, sendo fundamentais na criação de um ambiente educacional que seja mais inclusivo. Essa mudança de paradigma na educação de alunos surdos e/ou com deficiência auditiva, no entanto se deve sobretudo no desenvolvimento de uma legislação mais sólida que fomente a educação inclusiva aos alunos com deficiência (REBELO, 2012). O objetivo de legislações inclusivas vem a ser fornecer uma educação apropriada para os alunos com deficiência e os auxiliando na melhora de suas habilidades sociais num ambiente apropriado. A lei especificamente, demanda que as escolas disponibilizem todo um apoio educacional aos seus alunos com deficiência dentro da sala de aula para que essa inclusão de fato ocorra.

Na prerrogativa de Capovilla e Capovilla (2002), há fatores possíveis, como a inclusão de barreiras de comunicação, de atitudes e de conhecimentos dos educadores em torno da inclusão e das deficiências, maior conscientização dos alunos sobre a surdez e maior organização da sala de aula, quando não existentes vem a limitar a participação e a interação dos alunos surdos dentro do ensino regular. É imprescindível, portanto, que todos os atores escolares, de maneira especial os educadores, que trabalham na sala de aula com uma educação inclusiva, estimulem condições e desenvolvam maior variedade de estratégias que mitiguem barreiras enfrentadas quanto a participação dos alunos



surdos. Para Silva (2022) sob o de vista médico, a questão da surdez pode ser percebida como uma patologia e o seu foco precisa estar no comprometimento e em limitações que o surdo traz consigo em relação à comunicação oral. A surdez nesse ponto é considerada como um efeito negativo no desenvolvimento cognitivo, emocional e social, bem como na aquisição de fala, linguagem e alfabetização.

Anos atrás, havia uma ideia errônea de que a linguagem de sinais era vista como sendo algo primitivo, pictórico e incoerente e que não era facilmente compreendida, em especial, por educadores ouvintes, considerado então como um método de comunicação não gramatical, sem nenhum potencial de expressão de conceitos e de ideias abstratas, ou seja, prejudicial no desenvolvimento da fala e da linguagem de crianças surdas (NORA, 2017). A autora supracitada ressalta que afirmar num contraste com nossa atualidade, toda uma abordagem cultural da surdez se percebe a linguagem de sinais como atividade simbólica e natural de pessoas surdas. As línguas de sinais com suas peculiaridades, possui suas próprias histórias genéticas e linguísticas e sendo assim impossível ainda se imaginar a vida espiritual e social de toda comunidade surda sem sua existência.

Cada vez mais esse interesse em torno da língua de sinais brasileira, a LIBRAS e pelo seu status linguístico com o seu valor prático dentro da comunicação e na educação vem sendo constantemente renovados por pesquisas linguísticas e psicolinguísticas que vem ganhando forças desde a década de 1960. A linguagem de sinais é trazida nesse interim por pesquisadores como sendo uma linguagem abrangente, além de sistemática e sofisticada tanto a crianças e a adultos surdos que compreendem de forma plena as conversas entre si.

Para Sales e Lacerda (2015) a questão da LIBRAS, se percebe que há uma comunicação sob o ponto de vista na modalidade visual/manual no espaço, ao passo que tradicionalmente as pessoas pensam em línguas como sendo somente faladas e ouvidas, demorando algum tempo para investiga-



ções sistemáticas trouxessem os aspectos dentro das línguas de sinais e a reconhecendo como uma das grandes contribuições científicas legítimas.

Dentro das considerações de Fernandes (2006), as linguagens naturais, quando faladas ou com sinais, representam e transmitem os mesmos conceitos. Vários estudos linguísticos das línguas de sinais naturais se apoiam na conclusão de que a língua de sinais vem a ser composta por vários componentes linguísticos como qualquer língua falada, possuindo fonética (um sistema de articulação e percepção), uma fonologia, sintaxe, morfologia, semântica e pragmática. Nesse caso das línguas de sinais, vem a ser comunidade surda.

A criança ouvinte desde seu nascimento é exposta à língua oral, dessa forma é fornecida para ela a oportunidade de adquirir uma língua natural, a qual irá permitir realizar trocas comunicativas, vivenciar situações do seu meio e, assim, possuir uma língua efetiva e constituir sua linguagem. Para a criança surda deveria ser dada a mesma oportunidade, de adquirir uma língua própria para constituir sua linguagem. A nossa sociedade não está preparada para receber o indivíduo surdo, não lhe oferecendo condições para que se desenvolva e consolide sua linguagem. Sendo assim, podemos depreciar relatos que afirmam ser a surdez causadora de limitações cognitivas e afetivas, pois a verdadeira limitação está nas condições oferecidas a esse sujeito surdo. (DIZEU e CAPORALI, 2005, p.5).

Normalmente a habilidade em LIBRAS pode ser mais facilmente adquirida na infância em razão da comunicação e contato com outros usuários de língua de sinais, de uma forma paralela igual como crianças ouvintes quando aprendem as línguas faladas, ou seja, sem haver um ensino formal. Sendo um período relativamente curto de tempo, desde o nascimento a idade de 3 ou 4 anos, as crianças vão assumindo o controle sobre o contexto básico da própria língua, seja ela falada ou sinalizada. Ademais, toda língua natural está inserida numa comunidade de usuários, ou seja, usuários que a veem como método de comunicação doméstico e diário.



É imprescindível que os educadores desenvolvam uma estrutura regulatória dentro de aula, possibilitando uma maior interação positiva entre os alunos surdos e os com deficiência auditiva junto aos alunos ouvintes. Além disso, educadores regentes e os seus auxiliares precisam fornecer informações acerca dos alunos ouvintes sobre a questão da surdez e das características dos alunos surdos, os conscientizando e os incentivando a falar e a interagir com seus pares (GARCIA, 2011).

A LIBRAS é considerada no Brasil como a língua de sinais oficial e sendo utilizada pelos surdos e, estando garantida pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, sendo uma de comunicação defendida dentro de todos os Estados brasileiros, tendo seu uso oficializado desde o ano de 1996, pelo Congresso Nacional em 1996 através do decreto, onde se lê:

Art. 1º - A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte Art. 26-B:

“Art. 26-B - Será garantida às pessoas surdas, em todas as etapas e modalidades da educação básica, nas redes públicas e privadas de ensino, a oferta da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, na condição de língua nativa das pessoas surdas”.

Art. 2º - Esta Lei entra vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2002).

Primeiramente como busca de inclusão, a LIBRAS foi introduzida no currículo educacional, através do Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2004, promovendo alterações na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, proporcionando um enriquecimento ao currículo oficial da Rede de Ensino a sua obrigatoriedade de oferta da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nas etapas e nas modalidades da Educação Básica.

Fernandes (2006), nesse contexto, destaca que toda abordagem cultural da surdez está enfatizada sob três componentes principais e necessários ao desenvolvimento do aluno criança surdo, princípios estes estabelecidos como sendo métodos eficazes de comunicação e de educação, deven-



do-se assim buscar: o estímulo da comunicação precoce pela linguagem de sinais e com naturalidade dentro da família e interagindo com a comunidade surda, criando assim bases da linguagem sob uma comunicação simbólica e sofisticada; promovendo a educação bilíngue e, assegurando o direito de pessoas surdas de desfrutarem dos serviços de intérpretes e que estes tenham uma alta qualidade ao longo da educação, desde Educação Infantil a universidade. Assim, sendo essa visão fenomenológica da surdez ressignifica que esse ambiente seja mudado para o atendimento das necessidades da pessoa surda e não o contrário.

Importante trazer que:

Para ser um professor, é necessário, sobretudo, saber como praticar a profissão. Função essa que exige, no mínimo, um curso de formação. Até 2006, o curso de Magistério ou Curso de Formação Docente era ofertado para aqueles que queriam trabalhar com a educação, sem que fosse necessário um diploma de graduação superior. O curso ainda permanece nas escolas, porém passou por drásticas mudanças nas políticas educacionais, que tentaram derrubá-lo após 2006, ano em que começou a vigorar a Lei nº 9394. A partir daí, foi estabelecido que, para o cargo de docência, era necessário possuir um ensino superior (MORAES, 2018, p.4).

Conforme assegurado por Capovilla e Capovilla (2002) há uma abordagem cultural que reconhece a comunidade surda como sendo UM grupo de pessoas que unidas na formação de uma comunidade para troca de experiências compartilhadas, de interesses comuns, de normas de comportamento compartilhadas e de técnicas de sobrevivência compartilhadas. Estes procuram um ao outro para uma interação social e ainda um apoio emocional. Isso não significa que a educação regular seja excludente à crianças surdas, mas se precisa ter em mente que uma socialização é imprescindível no o crescimento das crianças e sem haver uma linguagem comum essa socialização pode ser limitada.



A LIBRAS além de todas suas possibilidades inclusivas e de desenvolvimento linguístico possibilita uma inclusão social e intelectual dos alunos surdos e também mudos, trazendo enriquecimento teórico de quem faz seu uso enquanto instrumento pedagógico e comunicativo, e lhes dando acesso a um maior conhecimento cultural científico e maior sentido de pertencimento a outros grupos sociais a qual pode vir a pertencer (DAMASIO, 2005).

Trazido tudo isso se é necessária uma reflexão do impacto trazidos pelas políticas públicas e como estas impactam na vida dos alunos e dos educadores dentro da perspectiva da educação inclusiva. Nesse sentido, Oliveira (2010) traz que a língua de sinais não é somente uma gestualização da língua portuguesa, mas sim uma linguagem autônoma dentro de um sistema linguístico de comunicação de ideias e de fatos. Pois a LIBRAS surgiu de ajustes de conformações das mãos, de movimentos e de pontos de articulação-locais nos espaços e no corpo de onde estes sinais são realizados, onde os agrupados desenvolvem as unidades básicas dentro da língua brasileira de sinais.

Para Fonseca (2013) a tal pretendida educação inclusiva pressupõe o atendimento a especificidade de cada aluno e cabendo uma adaptação curricular com propostas paralelamente à Língua Portuguesa, ou seja, a Língua de Sinais precisa ser um instrumento dentro do processo educativo. Propõe-se, portanto, na análise contextual da Língua Brasileira de Sinais que mesmo a LIBRAS não sendo uma linguagem universal, pois cada país tem sua comunicação específica de Sinais, que é estabelecida conforme o meio onde está inserida bem como suas peculiaridades sociais, políticas e culturais. E assim ainda que este acesso à educação já esteja universalizado, ainda assim permanece os excluídos, pois muitas pessoas tidas fora dos padrões são historicamente de certa forma analisados como inadequados a frequentarem a escola.

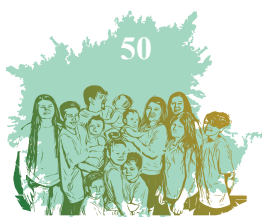
Há vários desafios presentes no cotidiano das escolas, onde há uma esperança entre os profis-



sionais de educação, que de fato essas as melhorias sociais cheguem às instituições escolares, pois o que se pauta é uma melhor compreensão da relação entre a instituição escolar e a sociedade. Na inclusão de alunos com deficiência visual nesse caso deve se considerar uma grande mudança no sistema educacional, sensibilizando e adequando os currículos, modificando r toda uma forma de ensinar, de se avaliar e de facilitar. Portanto, as Línguas de Sinais (LS) são aquelas línguas naturais próprias das comunidades surdas. Atribuindo-se às Línguas de Sinais um status de línguas pois, são compostas por níveis linguísticos, que são o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico. O que a diferencia de outras demais línguas e vem a ser a modalidade visual-espacial (FERREIRA, 2021).

A LIBRAS foi incisada a partir da Língua de Sinais Francesa. Mas as línguas de sinais não são universais, pois cada país possui a sua. A LIBRAS tem uma estrutura gramatical própria e os seus sinais são desenvolvidos por através da combinação de formas e movimentos das mãos e pontos de referência do corpo ou do espaço.

A Língua Brasileira de Sinais foi oficialmente reconhecida como Língua a partir de 2002 e atualmente é incentivada dentro das Políticas Públicas, não somente nas escolas como ainda na formação de profissionais. Dentro do Decreto nº 5626, se traz um confronto para uma nova profissionalidade docente que exige um novo processo formativo, portanto, um desafio às faculdades formadoras de docentes, pois, uma vez que precisa ser nelas onde tal processo educativo começa a ser desenvolvido. As legislações pertinentes enunciam que não é o aluno deficiente auditivo que precisa se adaptar para o acesso ao conhecimento e a forma como esse ensino é direcionado aos alunos não deficientes, mas sim a escola que precisa fazer essa adaptação e adequando os seus materiais e os seus métodos. A formação de educadores pode ser decisiva para fazer emergir um novo modelo de professor, um professor capaz de dominar os saberes que realizam em suas práticas, confrontando suas experiências



junto ao contexto escolar em que está inserido, sendo que a formação deve ser entendida como espaço de trabalho e formação.

No pressuposto de Veiga (2008) as propostas formativas advindas na universidade precisam devem visar uma construção coletiva para um projeto alternativo que contribua, cada vez mais no desenvolvimento de uma educação de qualidade a todos os envolvidos por ela.; Assim sendo, a autora pondera que a formação de educadores enquanto agentes sociais, acontece nas etapas do processo formativo, orgânico e unitário e tal formação precisa se desenvolver numa perspectiva de uma educação que seja crítica e emancipadora.

CONCLUSÃO

A abordagem educacional por meio do bilinguismo visa capacitar o aluno com surdez para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social, a língua de sinais e a língua oficial de seu país. As experiências escolares, de acordo com essa abordagem, no Brasil, são muito recentes e as propostas pedagógicas nessa linha ainda não estão sistematizadas. De fato, existem poucas publicações científicas sobre o assunto, há falta de educadores bilíngues e os currículos são inadequados. As propostas educacionais dessa natureza começam a estruturar-se a partir do Decreto 5.626/05 que regulamentou a lei de LIBRAS. Esse decreto prevê a organização de turmas bilíngues, constituídas por alunos surdos e ouvintes onde as duas línguas, LIBRAS e Língua Portuguesa são utilizadas no mesmo espaço educacional.

Os educadores que buscam atuar nesse contexto de multiplicidades precisam entrar num movimento constante de ação-reflexão-ação dentro da educação inclusiva tema, visando a inclusão



escolar de todos os atores escolares com deficiência, em especial nesse caso, os alunos com surdez. Para que de fato vem a institucional uma escola inclusiva, esta precisa ser compromissada com uma cultura da inclusão e integração. Para isso, também é necessário que este espaço educativo proporcione além de um bom espaço físico que seja peculiar onde os alunos venham a se expressar livremente, e que as suas diferenças sejam além de trabalhadas ainda valorizadas.

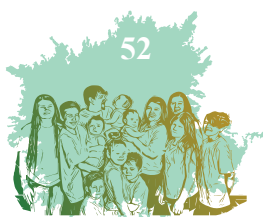
Os cenários de Inclusão e de exclusão sendo duas faces da nossa realidade, quando se discute os mecanismos de viabilização de inclusão social, vem a abranger diversos setores da sociedade, admitindo que há uma lógica particular de exclusão permeando as organizações e as produções que precisam ser mudadas. Neste sentido, a Constituição Federal (1988), preceitua que “é dever do poder público possibilitar meios que garante a superação desses obstáculos presentes na sociedade, possibilitando as partes excluídas o acesso aos serviços e direito à educação no que se refere à inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2004. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - em todas as etapas e modalidades da educação básica, 2004.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências. Diário Oficial da União [Internet], Brasília, 2002.



CAPOVILLA, F. C.; CAPOVILLA, A. G. S. Educação da criança surda: o bilinguismo e o desafio da descontinuidade entre a língua de sinais e a escrita alfabética. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 8, nº 2, p.127-156, maio 2002.

CABRAL, Keytty Gerciane Barbosa. OFICINA DE LIBRAS PARA ALUNOS OUVINTES: possibilidades e perspectivas. 2019. 9 f. Trabalho de conclusão do Curso (Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa). Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Surubim, 2019.

GARCIA, Marta Fernandes et al. Novas competências docentes frente às tecnologias digitais interativas. *Revista Teoria e Prática da Educação*, v. 14, nº 1, p. 79-87, jan./abr. 2011.

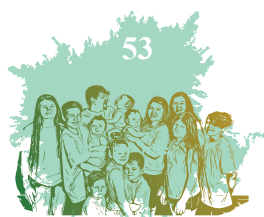
DAMASIO, MF. Educação escolar de pessoas com surdez: Uma Proposta Inclusiva. Campinas: Tese de Doutorado, 2005.

DIREITO DE OUVIR. Implante coclear: O que é? Como funciona? Blog Direito de ouvir. 23 de fevereiro de 2015 Implante Coclear: saiba o que é e entenda como funciona este dispositivo (direito-deouvir.com.br) Acesso em: 14 ago 2023

DIZEU, Liliansa Correia Toscano de Brito. CAPORALI, Sueli Aparecida. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 583-597, maio/ago. 2005.

FERNANDES, S. Educação bilíngue para surdos: desafios à inclusão. Texto elaborado para o 4º Encontro do Grupo de Estudos – Educação Especial. 2006.

FERREIRA, Leidiane da Costa. A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA CRIANÇAS SURDAS E OUVINTES: o que os estudos nos dizem. 2021. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.



FONSECA, Francisco. Dimensões críticas das políticas públicas. Cad. EBAPE.BR, v. 11, n. 3, artigo 5, Rio de Janeiro, Set./Nov. 2013

LIMA, M. F. C.; PLETSCHE, M. D. A escolarização de alunos com deficiência intelectual sob a vigência da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Revista online de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 22, n. 2, p. 872–889, 2018

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão Escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MORAES, Rosane Gowacki de. Ensino e aprendizagem de LIBRAS como segunda língua para ouvintes: a motivação em análise. 2018. 38 F. Artigo (Licenciatura em Letras LIBRAS). Setor de Ciências e Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018

NORA, A. Um histórico das políticas linguísticas para surdos sinalizantes: da lei de LIBRAS ao movimento em prol da escola bilíngue. Interletras, v. 25(6), p. 3, 2017.

MINETTO, M. F. O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio. 2ª ed. Curitiba: IBPEX, 2008

OLIVEIRA, Maria Angela de Oliveira. LIMA, Ricardo Franco de. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na formação de educadores. 2010. 14 f. Trabalho de conclusão do curso (Pós-Graduação LIBRAS e Educação de Surdos). Ciências Médicas/Unicamp (Brasil), Campinas, 2010.

REBELO, A.S. Os impactos da política de atendimento educacional especializado: análise dos indicadores educacionais de matrículas de alunos com deficiência. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação Social). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2012.



SALES, A. C. M.; LACERDA, C. B. F. Reflexões sobre o papel e a prática de intérpretes de língua de sinais no Ensino Fundamental. In: BAGAROLLO, M. F.; FRANÇA, D. M. V. R. (orgs.). Surdez, escola e sociedade: reflexões sobre fonoaudiologia e educação. Rio de Janeiro: Wak, 2015. p. 17-46.

SILVA, Lucykênia Lima da. Inclusão de alunos surdos no ensino regular: desafios, realidade e expectativas frente ao desenvolvimento de metodologias de ensino e necessidades do sistema educacional. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 22, nº 34, 13 de setembro de 2022.

SOARES, Maria Aparecida Leite. A educação do surdo no Brasil. Campinas: Editora Autores Associados: 2005.

TORRES, André Henrique Furtado, CRUZ, Eva da Cruz; HENRIQUE, Victor Hugo de Oliveira. LIBRAS na Educação Infantil: Diálogos necessários para uma Educação Inclusiva. Atenas Editora. Políticas Públicas na Educação Brasileira: Caminhos para a Inclusão 2, v.2, p. 124-133, 2019.

VEIGA, I. P. A. (Org.). Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas. Campinas: Papyrus, 2008. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

